



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU, nos termos dos artigos 120 a 141, da Lei Municipal nº 7.730, de 04 de junho de 2019 – Plano Diretor de Guarulhos; do Decreto nº 36.108, de 1º de agosto de 2019; e do Decreto nº 36.273, de 24 de outubro de 2019
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 28/08/2020 – REUNIÃO REMOTA

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 03/2020 – CMDU

Aos **vinte e oito** dias do mês de **agosto** do ano de **dois mil e vinte**, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU: Gabriel Rodrigues de Arruda – **SDU (Suplente em exercício da titularidade)**, Elaine Cristina Fontana – **SDU (Titular)**, Alex Mendes Nepomuceno **SDU (Suplente)** Guilherme David dos Santos Viana – **SH (Titular)**, Ronaldo Augusto Modes – **SO (Suplente em exercício da titularidade)**, Solange Duarte – **SM (Suplente em exercício da titularidade)**, Juliana Donadon Gaggioti – **STMU (Titular)**, Cleia Pereira de Araújo – **Mov. Pop.** – Sociedade de apoio à Luta pela Moradia – SAM/MNLM Brasil (**Suplente em exercício da titularidade**), Marineia Lazzari Chiovatto – **Trabalhadores por seus Sindicatos -SASP (Titular)**, Wesley Conrado dos Santos Silva – **Trabalhadores por seus Sindicatos - SASP (Suplente)**, Demostenes Lopes Cordeiro – **Empresários - ASEC (Titular)**, Flávio Geradine Naressi – **Titular – Profissionais – ASSEAG (Titular)**, José Carlos Guerra Junior – **Entidades Acadêmicas e de Pesquisa - ENIAC (Suplente em exercício da titularidade)**, Daniel José Lopes Junior - **Organizações não governamentais ONG's – Inovation (Titular)** - Antonio Roberto Marchiori – **Organizações não governamentais ONG's- Agende (Suplente)**. **Registramos as ausências justificadas** dos Conselheiros: Jorge Tair – **Titular – SDU**, Roberto dos Santos Moreno – **Titular – Entidades Acadêmicas – UNG**. **Registramos as ausências injustificadas** dos Conselheiros: Benedito Aparecido de Lima - **Titular – Associação Benedita Vaz de Lima – ASCCONTS**; Maurício Carlos Colim - **Suplente – Centro das Indústrias no Estado de São Paulo – CIESP**; Mario Pereira de Lemos - **Suplente – Associação dos Profissionais Concursados nas Carreiras Universitárias e Tecnológicas no Serviço Público Municipal de Guarulhos – ATUS**. *****

Participaram da reunião os convidados: Monica Mingossi – **SDU01.07**, Helena Werneck – **SDU01**, Daniele dos Santos Marques – **Associação Cultural e Ambiental Chico Mendes**, Rodrigo Francisco dos Santos – **ENIAC**, Cauã Navarro Ribeiro Albuquerque – **ENIAC**, Renato Teixeira – **ENIAC**, William Martins – **ENIAC**, Andréa Madeo, João Batista de Noronha, Samuel Silingarde, Nathalia Gois e a Sra. Katia Ayumi Tani da Divisão Técnica de Planejamento – **SDU01.06**, na função de apoio técnico e a Secretária-executiva, Sra. Francini Renata Domingues – **SDU01.06.01**. *****

A reunião foi realizada de forma remota, através da plataforma do ENIAC, acessada pelo link <https://us.bbcollab.com/guest/47e7b1effb34427788f520cd25c0d629>, por intermédio e suporte do Conselheiro José Carlos Guerra Junior. *****

Conforme solicitação na 2ª Reunião Ordinária, o link foi antecipadamente disponibilizado aos membros do CMDU, por e-mail e grupo no “*Whatsapp*”, bem como foi publicado na página do Departamento de Gestão Urbana <https://gestaourbana.guarulhos.sp.gov.br/> para livre acesso aos interessados, na qualidade de ouvintes. *****

As pautas da reunião foram as seguintes: **1** - Apresentação – Breve histórico do CMDU – Conselheiro Roberto Moreno – **UNG**; **2** - Aprovação da ata da 2ª RO – Deliberação CMDU - (encaminhada em 18/08/2020); **3** - Aprovação do Regimento Interno – Destaque do Art. 15 – Deliberação CMDU - (encaminhado em 18/08/2020); **4** - Apresentação RODOAEL - **STMU – Plínio – STMU**; **5** - Informe: Projeto de Lei de paisagem urbana - Conselheiro Gabriel – **SDU**; **6** - Informe: Ofícios: **STMU – RODOANEL**; **SM – Aterro**; **SM – APA Capelinha – Água Azul**; **Câmara – LPUOS - Conselheiro Gabriel – SDU**; **7** - Informe: **LPUOS - Conselheiro Gabriel - SDU**; **8** - Informe: **HIS- Conselheiro Gabriel – SDU**; **9** - Informe: **APA Tietê – mapeamento de riscos – convite para reunião da APA – Conselheira Marinéia – SASP**; **10** - Informe: **Apresentação/Atualização – Implantação do Aterro CDR – Previsão para a reunião ordinária de setembro – convidar o Conselheiro Guilherme Bagattini – SM**; **11** - Informe: **Apresentação/Atualização – Planos de Manejo – Previsão para a reunião ordinária de outubro – convidar Conselheira Solange – SM**. *****

A reunião iniciou-se às 9h, com a palavra, o Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda - **SDU**, agradeceu a presença de todos, informou que a reunião possuía diversas pautas e que seria feita alteração na ordem das pautas, em razão do convidado Plínio Soares da **STMU** ter que se ausentar antes do fim da reunião, bem como em razão do Conselheiro Roberto Moreno – **UNG**, responsável pela apresentação da primeira pauta não estar presente. Esclareceu que a primeira pauta se refere à apresentação de um breve histórico do CMDU, que este ano completa 10 anos de atuação e que esta pauta será remanejada para uma outra oportunidade. *****



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU, nos termos dos artigos 120 a 141, da Lei Municipal nº 7.730, de 04 de junho de 2019 – Plano Diretor de Guarulhos; do Decreto nº 36.108, de 1º de agosto de 2019; e do Decreto nº 36.273, de 24 de outubro de 2019
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 28/08/2020 – REUNIÃO REMOTA

O Conselheiro Gabriel Arruda passou a palavra ao convidado Plínio Soares da STMU, que iniciou sua apresentação, às 9h05, agradecendo a oportunidade de participar com o CMDU, lembrou se tratar de um fórum qualificado, onde historicamente sempre foram discutidos importantes temas para a Cidade e para a Região Metropolitana e ressaltou sua gratidão pela oportunidade de poder participar de discussões como essas e reencontrar colegas e amigos. Disse que o tema “Rodoanel Trecho Norte” é recorrente no âmbito do CMDU, mas que é sempre bom lembrar não só o histórico recente do Trecho Norte do Rodoanel, como também contextualizar para pensar, como fórum de discussão e de tomada de decisões, nos próximos passos e estratégias de controle social para garantir uma melhor performance dessa obra, bem como as mitigações e compensações. Em seguida, apresentou informações preliminares, destacando as questões que envolvem impactos no município de Guarulhos e o “estado da arte” de algumas medidas mitigadoras e o estado atual das obras. Esclareceu àqueles que não estavam acompanhando o debate, que o Rodoanel está sendo implantado na porção do território de Guarulhos que compreende toda a faixa norte, que praticamente estabelece um limite físico entre o perímetro urbano e as unidades de conservação, as áreas de preservação e proteção ambiental. Apontou que algumas áreas urbanizadas ficam ao norte do Rodoanel e que esse tem sido um desafio. Não perder a característica do tecido urbano, a articulação da malha urbana e não permitir que essa barreira física, que é o Rodoanel, quebre essas conexões em nossa Cidade. Demonstrou na apresentação, citando como exemplos, as regiões do Cabuçu/Recreio, Jardim Fortaleza, Bonsucesso, Bambi, Água Azul e outras áreas da franja urbana que inclusive foi objeto de discussões na época do projeto básico, com vistas a ajustes de traçados, para que não trouxesse tantos prejuízos. Esclareceu que as obras do Rodoanel no trecho de Guarulhos, foram administradas por 3 (três) grandes consórcios, divididas em 3 (três) lotes (lotes 4, 5 e 6). Parte do lote 4 (quatro) que pega da Fernão Dias, até próximo à Benjamin Haniccut, a Proguaru, o túnel que passa sob o Jardim dos Cardosos, o Cabuçu e Recreio São Jorge, foi de responsabilidade da Acciona; o lote 5 (cinco) é um trecho que pega da região do Cabuçu, passando pela região da Candinha, Bananal e Estrada do Saboó, ficaram à cargo da Construcap/Copasa, que é um consórcio de empresas; e o lote 6 (seis) que pega o Bananal, parte do Jardim São João, até a divisão com Arujá, incluído a alça de acesso do Aeroporto, que também ficaram sob a responsabilidade da Acciona. Ressaltando que os lotes 5 e 6 situam-se integralmente no município de Guarulhos. Os debates sobre os impactos, bem como as compensações e mitigações, se iniciaram em 2010/2011, quando o Dersa entrou com pedido de licença junto aos órgãos ambientais estaduais e esse processo previa a realização de algumas audiências públicas. Em 2011 foi realizada audiência pública em Guarulhos com a socialização prévia das informações do EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental). De posse desses relatórios, a Prefeitura de Guarulhos constituiu um Grupo de Trabalho Intersecretarial, cuja responsabilidade era fazer uma avaliação mais rigorosa da obra, de seus impactos e elaborar um relatório/parecer, que pudesse iniciar um processo de discussão junto aos órgãos competentes, com o objetivo de reduzir ao máximo os impactos, sejam eles físicos, antrópicos e bióticos, no município. Este trabalho resultou no chamado “Parecer 01”, que foi oficialmente entregue à Cetesb na audiência pública, para que eles pudessem analisar, no que coubesse, as propostas e recomendações feitos pelo Grupo de Trabalho. Em seguida, a Cetesb emitiu a Licença prévia para o iniciar os procedimentos para construção do empreendimento. Esclareceu especialmente àqueles que não são da área, que os processos de aprovação e de licenciamento possuem três etapas importantes: a primeira etapa, é a da Licença Prévia, que autoriza o empreendedor a elaborar os projetos básicos, os projetos funcionais, ou mesmo os projetos mais detalhados, mais executivos, e a empresa pode contratar empresas, no caso, por meio de licitação, para elaborar esses projetos; a segunda etapa é a da Licença de Instalação que após ser emitida, autoriza ao empreendedor a iniciar as obras; e a terceira etapa é a Licença de Operação que autoriza ao empreendedor a iniciar suas atividades econômicas, no caso do Rodoanel, a operação de funcionamento. Então no caso específico do Rodoanel, em 2011 a Licença Prévia foi expedida, em 2012 o Dersa realizou o necessário processo licitatório para contratar todos os projetos necessários e após a conclusão dessa fase, foi emitida a Licença de Instalação, que autorizou o início das obras. Afirmou que a Licença de Instalação é a mais importante dentro destas etapas, pois a ela estão vinculados diversos condicionantes, dentre estas, aquelas que foram encaminhadas pelo Poder Público local,



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU, nos termos dos artigos 120 a 141, da Lei Municipal nº 7.730, de 04 de junho de 2019 – Plano Diretor de Guarulhos; do Decreto nº 36.108, de 1º de agosto de 2019; e do Decreto nº 36.273, de 24 de outubro de 2019
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 28/08/2020 – REUNIÃO REMOTA

ou seja, de Guarulhos e de São Paulo, no caso de Guarulhos foram levados em consideração, não só o parecer dos técnicos da Prefeitura, como também os que surgiram ao longo do processo que foram incorporados à proposta. Quando se fala dos impactos e monitoramento e do acompanhamento das compensações e mitigações pela Prefeitura, está se falando de todo um processo de discussões, que gerou uma série de recomendações e propostas que são parte integrante desse processo de emissão das duas Licenças de Instalação em 2013. A primeira tratava de obras prioritárias, segundo o Dersa, e quatro ou cinco meses depois, foi emitida uma licença complementar para tratar das demais obras. A partir de 2013 começou o acompanhamento não só das obras, mas também do atendimento das recomendações/exigências. Naquele momento havia uma discussão muito intensa sobre os aspectos relacionados às desapropriações e reassentamentos (desapropriação nos casos em que há titularidade da terra e realocações nos casos de posse). Foi então criado o Conselho de Apoio à Implantação do Rodoanel, que é um conselho estadual que envolve várias secretarias estaduais e os municípios diretamente afetados pelo Trecho Norte, sendo o palestrante um dos representantes do município de Guarulhos.

Em 2014 foi elaborado pelo grupo de trabalho, em conjunto com o Dersa, um documento, uma espécie de convênio, que seria assinado para formalizar os acordos que haviam sido feitos. Esse convênio acabou não sendo assinado, porém, gerou outros compromissos, desdobrados setorialmente. No que diz respeito ao meio ambiente, trânsito e nas demais secretarias, assim como na habitação, foram firmados compromissos específicos. A partir de 2014, passou-se a acompanhar todos esses aspectos, destacando que os principais compromissos de compensações e de medidas mitigadoras estão relacionados à habitação, às questões ambientais, às interferências da obra no uso e ocupação do solo, ou mesmo nos equipamentos públicos e comunitários existentes no município, bem como discussões de traçado e de tecnologias construtivas, porque o projeto básico original trazia muitas interferências de corte e aterro e a equipe técnica da prefeitura chamou a atenção reiteradamente para que se reduzisse esse tipo de solução de projeto pelo impacto que causa. Sendo propostos alguns túneis e viadutos para tentar minimizar esses impactos no nosso território. Recentemente o Dersa realizou um balanço, onde apresenta um status atual das obras, em relação ao licenciamento e ao atendimento dos compromissos. Segundo o balanço a Licença Prévia – LP foi atendida, as duas Licenças de Instalação – LI's, estão em fase de atendimento, e a Licença de Operação – LO, será solicitada quando concluída a obra para início da operação da via. Esclareceu que as medidas mitigadoras, de certa forma, têm por objetivo reduzir ou neutralizar os impactos gerados. Disse que a partir de ajustes de projetos e de tecnologia produtiva, é possível reduzir os impactos efetivos de uma intervenção. Quando se fala de medidas compensatórias, se prevê um impacto que não pode ser neutralizado e que serão adotadas medidas que devem compensar esse impacto de outras maneiras. Exemplificou como medidas compensatórias o replantio em outras áreas, medidas compensatórias a partir de recursos financeiros, ou outras contrapartidas.

Uma das principais contrapartidas previstas na discussão do Licenciamento foi a compensação ambiental, que corresponde a 0,5% (meio por cento) do custo total da obra. Na época, a partir das concorrências públicas que foram realizadas, foi avaliado que o Dersa deveria depositar cerca de vinte e cinco milhões de reais no Fundo Especial de Despesa para Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, para os municípios diretamente envolvidos. Esse dinheiro foi depositado, porém, as Câmaras Técnicas ainda não deliberaram sobre os critérios de distribuição desses recursos.

Destacou as principais condicionantes propostas pelos técnicos da Prefeitura ao Dersa: a) alça de acesso ao Aeroporto, que do ponto de vista do uso do solo, traz um seccionamento da malha urbana na região ao norte do aeroporto, em relação especialmente a equipamento urbanos, como escolas, unidades básicas de saúde e outros. O Rodoanel nesse trecho está no nível do solo, cortando o bairro, ligando o Rodoanel ao aeroporto, seccionando o bairro dos equipamentos de atendimento comunitários. Esse problema ainda não foi resolvido, além disso há proposta, por parte da prefeitura, de adequação das vias marginais ao longo da alça para permitir a interligação entre os dois territórios na região do São João, além da previsão de um acesso à Guarulhos através de uma via que fará ligação com a alça de acesso do Rodoanel ao Aeroporto. b) Desapropriações – famílias atingidas pela alça do aeroporto no Haroldo Veloso, além de outras famílias que ainda não



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU, nos termos dos artigos 120 a 141, da Lei Municipal nº 7.730, de 04 de junho de 2019 – Plano Diretor de Guarulhos; do Decreto nº 36.108, de 1º de agosto de 2019; e do Decreto nº 36.273, de 24 de outubro de 2019
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 28/08/2020 – REUNIÃO REMOTA

foram reassentadas, que ainda sobrevivem às custas de aluguel social; c) há também interferências em equipamentos urbanos (campos de futebol, SAAE). Há também o compromisso do Dersa disponibilizar à Prefeitura, parte de áreas remanescentes do Rodoanel para que possam ser implantados parques lineares e áreas de lazer, ressaltando que quando houve a desapropriação, ainda não havia um projeto executivo, então o Dersa adotou uma postura conservadora de desapropriar uma área de 140 metros de largura em todo o traçado e após elaborar o projeto executivo, se percebeu que sobraram algumas áreas, e há uma discussão com a Prefeitura para que parte dessas áreas possam ser remanejadas ou mesmo recompor campos de futebol que foram sacrificados por causa das obras; d) atender condicionantes ambientais, com as compensações ambientais e demais condicionantes previstas. Os recursos depositados no banco, aguardando decisão da Câmara Técnica – CONSEMA; e) as licenças concedidas pela Cetesb, são válidas por 6 (seis) anos e venceram em 2019. A Prefeitura tem insistentemente pressionado o Dersa para incluir novos condicionantes ambientais. A Prefeitura não tem informações se foram expedidas novas licenças, ou se foram renovadas, mas entende que face os ajustes de obras que deverão ser feitos na retomada, há a oportunidade de, inclusive, reavaliar condicionantes ambientais, complementando as análises que foram feitas anteriormente; f) recuperação das vias de acesso e transposições. Informou que a Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana, da qual o palestrante, que é arquiteto urbanista, faz parte da equipe de planejamento, vem fazendo o acompanhamento e que a Secretaria aprovou um plano de gerenciamento do trânsito de cargas pesadas. Informou que os Depósitos de Materiais Excedentes – DME's, destinados a recebimento e fornecimento de material de corte/aterro, que ora são utilizados como área de empréstimo para armazenamento de material excedente para ser utilizado em outras áreas do projeto, ora como área de aterro com a retomada das obras, a Secretaria tem questionado o empreendedor a respeito da situação atual desses DME's e quais continuarão a ser utilizados; g) O plano de gerenciamento de resíduos sólidos também tem sido monitorado pelas secretarias competentes da Prefeitura; h) monitoramento da mancha urbana. Um dos condicionantes do licenciamento era que a partir da implantação do empreendimento, houvesse monitoramento contínuo. Esse empreendimento gera uma série de impactos antrópicos, no uso e ocupação do solo, sobretudo das áreas imediatas e nesse sentido, caberá ao empreendedor, o monitoramento contínuo da ocupação ao longo dessas áreas do Rodoanel. Avaliando se o Rodoanel está sendo ou não um indutor para acelerar o processo de ocupação, sobretudo dos trechos com essas características, onde há impactos socioambientais. Do lado sul há uma área totalmente antropizada e do lado norte, uma série de unidades de conservação e áreas preservadas. Esse controle do monitoramento da mancha urbana é fundamental para que previamente possa se estabelecer medidas mitigadoras e estratégias para controlar isso na região do Cabuçu, Tanque Grande, Água Azul e outras, que sofrem ou poderão sofrer com isso.

A situação atual é que as obras estavam previstas para serem concluídas entre 2017/2018 o que não ocorreu e por uma série de razões (técnicas, administrativas e judiciais), os orçamentos previstos e aprovados nas concorrências, segundo as empreiteiras foram insuficientes para concluir as obras. As obras foram paralisadas em 2018 e os contratos foram rompidos. Os lotes 1, 2, e 3 que estão localizados em São Paulo foram paralisados em 2018 e já na gestão do atual governo do estado, em 2019, houve o rompimento dos contratos dos lotes 4, 5, e 6, sendo que o lote 4 fica parcialmente em Guarulhos e o lote 5 integralmente em Guarulhos, e parte do lote 6 fica em Guarulhos e Arujá (maior parte do lote 6 em Guarulhos).

O IPT foi contratado para emitir um parecer sobre a situação atual das obras. Não haviam informações exatas do status das obras, como o que ainda restava ser feito, ou como estava o atendimento às condicionantes, às compensações. O IPT fez uma análise do percentual executado da obra, se o que foi constituído seguiu o projeto; o que foi efetivamente pago e se os pagamentos foram regulares. Especificamente tratando de Guarulhos, a análise concluiu que 94% (noventa e quatro por cento) da obra foi concluída no lote 4; 97% (noventa e sete por cento) da obra foi concluída no lote 5; e 72% (setenta e dois por cento) da obra foi concluída no lote 6, ressaltando que a alça do Rodoanel está localizada nesse lote. Nessa auditoria, o IPT também identificou 1.291 (mil duzentas e noventa e uma) anomalias, que são problemas de obras, que foram divididos em três categorias de gravidades (graves, médios e menores). Também foi avaliado que a obra



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU, nos termos dos artigos 120 a 141, da Lei Municipal nº 7.730, de 04 de junho de 2019 – Plano Diretor de Guarulhos; do Decreto nº 36.108, de 1º de agosto de 2019; e do Decreto nº 36.273, de 24 de outubro de 2019
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 28/08/2020 – REUNIÃO REMOTA

consumiu R\$ 7.3 bilhões, cerca de 65% (sessenta e cinco por cento) a mais do que estava previsto no orçamento inicial. No processo de retomada dessas obras, o governo estadual estima, a partir dessa auditoria, que para concluir as obras deverão ser gastos mais R\$ 2.080 bilhões, sendo R\$ 1.7 bilhões em obras brutas e o restante em obras complementares e gerenciamento de compensações. Portanto as obras do Rodoanel, terão um custo total estimado de R\$ 10 bilhões. Com a readequação para a retomada das obras, o novo prazo para conclusão é 2022.

Das 1.291 (mil duzentas e noventa e uma) anomalias apontadas, 59 (cinquenta e nove) foram consideradas graves, sendo que 2/3 (dois terços) destas, estão em Guarulhos. Foram citados como exemplos de anomalias, viadutos que estão com pilares de apoio desaprumados, túnel que desabou, túnel com revestimentos trincados, pilares com fundações expostas, entre outras

No lote 5, onde as obras estão mais adiantadas, houve atrasos porque a escavação do túnel foi mais difícil que o previsto nos projetos iniciais de engenharia, além do desabamento ocorrido em dezembro de 2014. O incidente implicou na reformulação do projeto, com custo adicional estimado em R\$ 39 milhões, além de novas desapropriações

O lote 6, que pega toda a região do São João, Estrada de Nazaré, Ponte Alta, Bonsucesso, possui uma série de intervenções, sobretudo sobre a alça do rodoanel que precisa ser concluída. Disse que as discussões que estão sendo feitas, são de se pensar, não só enquanto Poder Público, mas enquanto Conselhos competentes, como monitorar e acompanhar essa retomada das obras.

A Secretaria de Transporte e Logística do Estado que incorporou o Dersa, que foi extinto, realizou uma audiência em março de 2020, onde apresentou um calendário para prosseguimento e finalização das obras. Além de apresentar o calendário, essa audiência pública, que foi realizada após a auditoria do IPT, também teve o objetivo de promover a abertura de novas concorrência públicas para contratação das empresas que realizarão as obras. Essa audiência pública foi realizada no início de março, da qual teve a oportunidade de participar, com outras pessoas de Guarulhos que também participaram. Disse que especificamente para os lotes 4, 5 e 6, no calendário foi previsto um prazo de pelo menos 1 (um) ano de obras. A expectativa do governo estadual era de que em 31 de março de 2020, pudessem ser lançados os editais de concorrência, com previsão de 6 (seis), com o início das obras em outubro de 2020. Nos trechos 2 e 3 a previsão é de 2 (dois) anos de obras; nos trechos 4 e 5, a previsão é de 1 (um) ano de obras e no trecho 6, 2 anos de obras, porque a alça do Rodoanel seria retomada daqui há um ano. Assim, segundo o calendário, todas as obras estariam concluídas em 2022. Esse cenário foi apresentado antes do início da pandemia de Covid 19, o edital de concorrência que estava previsto para ser lançado no fim do mês de março, mas acabou não sendo lançado, em razão da pandemia. Não há previsão de data para que todo esse processo seja retomado. Evidentemente que isso traz prejuízos à obra, como carregamentos constantes gerando problemas de drenagem, problemas de impactos ambientais, problemas de custos que terão que ser refeitos, portanto a situação atual é que a qualquer tempo o governo estadual venha lançar o edital e nós estamos com uma expectativa muito grande sobre esse edital porque, muito embora o IPT tenha feito todos esses laudos e avaliações dos problemas, a Prefeitura não teve acesso à eles, e a Secretaria de Transportes e Logística do Estado de São Paulo informou que os laudos do IPT são parte integrante do edital. Foi informado na audiência pública que as obras serão financiadas parte pelo Tesouro e parte principalmente pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Para concluir, a Prefeitura encaminhou uma série de documentos para o Dersa, inclusive na audiência de março, não só sobre as condicionantes que estão pendentes, mas também sobre novos impactos a serem gerados pela retomada da obra, ainda não recebemos informações sobre isso e estamos aguardando a publicação do edital para que a Prefeitura tenha acesso aos laudos do IPT. O convidado Plínio Soares – STMU encerrou sua apresentação, agradecendo a oportunidade, se colocando à disposição para responder questionamentos.

O Conselheiro Gabriel Arruda – SDU, agradeceu novamente a presença do convidado e abriu para que os presentes fizessem perguntas e comentários. Relembrou que as perguntas poderiam ser feitas através do chat e que se alguém quisesse a palavra, poderia “levantar a mão” através da ferramenta disponível no aplicativo.

O Conselheiro Demostenes Cordeiro – ASEC - pediu a palavra e questionou como fica o entroncamento do Rodoanel com a Fernão Dias, perguntou se haverá uma saída naquele trecho.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU, nos termos dos artigos 120 a 141, da Lei Municipal nº 7.730, de 04 de junho de 2019 – Plano Diretor de Guarulhos; do Decreto nº 36.108, de 1º de agosto de 2019; e do Decreto nº 36.273, de 24 de outubro de 2019
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 28/08/2020 – REUNIÃO REMOTA

Aproveitando a oportunidade, perguntou ao convidado como está o andamento da obra da avenida Jacu Pêssego, que faz interligação (da zona leste de São Paulo) com o Aeroporto, perguntou se há previsão de a Prefeitura vai retomar as obras para finalizar o acesso.*****

O convidado Plínio Soares – STMU respondeu que em relação ao entroncamento do Rodoanel com a Fernão Dias, informou que a Prefeitura nas discussões iniciais, elaborou o parecer técnico, com uma série de recomendações, sendo que uma dessas recomendações foi a de que fosse aproveitada aquela grande alça de acesso, ou trevo ali da Fernão Dias, que é o acesso ao Cabuçu/Recreio. A proposta inicial era que não só se fizesse uma alça específica ligando a região, mas também que fizesse toda a recuperação, o beneficiamento e alargamento da Pedro de Souza Lopes que é uma importante artéria de ligação de toda aquela região com o Continental, portanto com o Centro de Guarulhos, bem como com a Fernão Dias. Essa proposta foi discutida em vários momentos, mas o Dersa não a incorporou ao projeto por entender que não cabia esse tipo de intervenção por ser muito cara. A única coisa que está contemplada no projeto é a recuperação definitiva da Pedro de Souza Lopes. Em relação à Jacu Pêssego, informou que as obras que foram feitas na Nova Dutra, próximo ao depósito da antiga Riachuelo, a ideia de fazer a transposição em desnível, era exatamente para fazer a conexão da Monteiro Lobato e da Papa João XXIII até o trecho da Dutra. Foram feitas uma série de intervenções, mas não foram concluídas e estão parcialmente paralisadas, não havendo informações de como essas obras estão na agenda do Poder Público atualmente, mas que reitera que essas questões são muito importantes para o tema, pois será uma artéria importante que ligará a Monteiro, a própria João XXIII, à Dutra e futuramente farão ligação com a Jacu Pêssego e a Ayrton Sena e ao próprio Rodoanel com a ligação feita através da alça do aeroporto.*****

A convidada Monica Mingossi – SDU01.07 – cumprimentou a todos e prosseguiu sua fala referente às anomalias, em especial as das estruturas das obras de arte, citadas na apresentação do Rodoanel, citou como exemplo o viaduto com pilar desalinhado, própria queda do túnel, perguntou se os técnicos da prefeitura acompanharam ou se avaliaram essas situações, ou se eles apenas tomaram conhecimento do laudo.*****

O convidado Plínio Soares – STMU – informou que, segundo informações da Secretaria do Estado, esse laudo é um documento reservado, que ainda não foi disponibilizado publicamente, nem tampouco encaminhado à Prefeitura. Disse que participou da audiência pública e que o Secretário de Obras da Prefeitura de Guarulhos fez questionamentos a respeito disso e foi informado que posteriormente a Secretaria de Transporte e Logística entraria em contato com as prefeituras para passar o detalhamento sobre essas anomalias, porém, a STMU não recebeu as informações e não poderia afirmar se Secretaria de Obras recebeu. Disse ainda que o que foi apresentado já veio pronto, e que possui ata da audiência pública, comprometendo-se a compartilhar com os interessados, informou que o vídeo completo da audiência pública do Trecho Norte do Rodoanel, está disponível no YouTube.*****

A Conselheira Marinéia Lazzari – SASP, agradeceu a presença do convidado e pontuou o quanto é difícil fazer tratativas com o estado, especialmente nesse momento, disse que tendo em vista que os contratos foram rompidos, é preciso observar, além do diagnóstico das obras, as responsabilidades contratuais das empresas; observou ainda que é preciso estar atento para o ajuste de compensação ambiental, pois houve ajuste no custo da obra, que de 6 bilhões passou para 10 bilhões. Apontou que a apresentação trouxe informações sobre anomalias, entende que a Secretaria de Transporte e Logística deve responder para o município diretamente, mas que o próprio município tem dificuldade de fazer essas perguntas. A própria Prefeitura tem dificuldade de tratar e acredita que dessa reunião sairão diversos documentos. Ressaltou a importância da participação do Conselho de Meio Ambiente nessas reuniões para ciência e acompanhamento de todo esse processo,

Relembrou as planilhas de ADA (Áreas Diretamente Afetadas) e da AIA (Áreas Indiretamente Afetadas), elaboradas pelo convidado e pela Arq. Glaucia Varandas, enquanto trabalhavam na SDU, e pediu que ao convidado Plínio – STMU, que se possível, gostaria de rever essas planilhas, que possuem importante informações para tratar dessas anomalias, e saber com quem está essa responsabilidade.*****



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU, nos termos dos artigos 120 a 141, da Lei Municipal nº 7.730, de 04 de junho de 2019 – Plano Diretor de Guarulhos; do Decreto nº 36.108, de 1º de agosto de 2019; e do Decreto nº 36.273, de 24 de outubro de 2019
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 28/08/2020 – REUNIÃO REMOTA

O convidado Plínio Soares – STMU, disse que esse é um tema sensível nesse debate, que há um imbróglio judicial, pois há um passivo entre o governo estadual e as empreiteiras. A informação que se tem é que nesses R\$ 1.7 bilhões previstos diretamente para obras, estão incluídos os custos com as compensações. A intenção da Prefeitura ao participar da audiência, era de que pudessem ser incluídos outros custos com as compensações, pois antes da paralisação das obras e rompimento do contrato, quando a Prefeitura procurou as empresas para apontar a necessidade de intervenções, eram negadas com a justificativa de que não faziam parte do escopo do contrato. A ideia era que se pudesse fazer uma avaliação mais rigorosa dessa auditoria para que fossem incluídos ajustes, se necessário. Disse que questionou na audiência pública a questão do ajuste de compensação, haja vista o ajuste no custo da obra, mas que contudo, não houve resposta taxativa, disseram apenas que seria tratado posteriormente com os municípios, ou que já estava sendo tratado.*****

A convidada Daniele Marques - Associação Cultural e Ambiental Chico Mendes, cumprimentou a todos, se apresentou como Bióloga e Coordenadora da Associação Chico Mendes, conselheira do CMDU em gestões anteriores e atual conselheira do Conselho da APA Cabuçu/Tanque Grande e do COMDEMA e militante da questão do Rodoanel desde 2010. Disse que após 10 anos, as mesmas pessoas se preocupam com o tema, que o atual governo abanou e ignorou temas importantes como o Rodoanel, bem como, os conselhos. Disse que participou da audiência pública do Rodoanel, que não considera o evento uma audiência pública, pois a população não tinha direito a fala. Os interessados tinham que fazer perguntas por escrito e as perguntas que seriam lidas, eram selecionadas pelos representantes da mesa. Disseram que as perguntas que não foram lidas seriam respondidas por e-mail, mas isso não ocorreu. Disse que faria três colocações: Informou que o Depósito de Material Excedente – DME – Três Marias já está sendo utilizado pela dona da área, que é a Veolia – CDR – Pedreira. Que quase todo material (terra) que foi depositado ali, já foi utilizado. Os taludes estão quase zerados, pois desde maio, o CDR está utilizando o material para fazer coberturas dentro propriedade deles na parte de São Paulo. O DME Três Marias está em Guarulhos, com licenciamento municipal e a utilização dele se dá por dentro da propriedade, mas vai para São Paulo. O que gera um grande problema para os moradores da região, pois eles estão numa quota acima dos bairros, que com a intensa movimentação de terra, resulta em partículas suspensas o tempo inteiro, agravada com o período de seca, tornando o ar irrespirável. Relatou que já procurou as secretarias da prefeitura, mas que nenhuma assumiu, nem resolveu o problema. Disse que a associação entrou em contato diretamente com a empresa, e eles dizem que vão mandar caminhões pipa para molhar, mas não mandam. Denunciou ocupações irregulares do DUP, disse que a ocupação começou no DUP que é na região do Cambará, perto do "Chuchuzal, que avançou na parte que é da APA. O estado que é dono da obra não se responsabiliza, porque a obra está paralisada e a Prefeitura também não toma providências. Denunciou que também há ocupações no talude da obra no Mikail, Sitio dos Morros, Pico Pelado. Disse que não é verdade que o Rodoanel é uma barreira física de proteção e sim um indutor de ocupação. Disse que o Rodoanel trouxe muitos prejuízos para a região e que a sensação da população é de abandono pelo poder público.*****

O Convidado Plínio Soares – STMU entende a dificuldade enfrentada pela população da região, parabenizou o Conselho pela iniciativa de trazer um tema relevante e sensível que precisa ser discutido, debatido e enfrentando, nesse e em outros fóruns, para que se chegue a soluções mais efetivas.*****

A Conselheira Marinéia pediu a palavra e comentou que estamos vivendo um momento muito difícil no país de uma maneira geral, e destacou que a relação com o estado é muito complexa, que as informações e até mesmo a participação, relativa às obras do Rodoanel, são limitadas e restringidas pelo estado. Acredita que ainda assim, é preciso, enquanto sociedade civil organizada, cobrar as informações, até porque o passivo das citadas ocupações denunciadas pela Convidada Daniele, ficarão para o município.*****

Diante das discussões, o Conselheiro Gabriel sugeriu a criação de Câmara Técnica para acompanhar a implantação de grandes empreendimentos, como o Rodoanel.*****

A Convidada Marinéia – SASP se dispôs a participar e sugeriu que o grupo tenha como convidados permanentes, o Sr. Plínio Soares – STMU e a Sra. Daniele Marques - Associação Cultural e



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU, nos termos dos artigos 120 a 141, da Lei Municipal nº 7.730, de 04 de junho de 2019 – Plano Diretor de Guarulhos; do Decreto nº 36.108, de 1º de agosto de 2019; e do Decreto nº 36.273, de 24 de outubro de 2019
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 28/08/2020 – REUNIÃO REMOTA

Ambiental Chico Mendes, além dos Conselheiros Ronaldo Modes – SO, Guilherme Bagattini – SM, Solange Soares – SM. O Conselheiro Demostenes Cordeiro – Asec e a convidada Sra. Helena Werneck – SDU01, também se dispuseram para integrar a Câmara Técnica. *****

Enquanto aguardou-se que os conselheiros indicados para compor a Câmara Técnica se manifestassem, o Conselheiro Gabriel Arruda passou aos itens de 5 a 7 da pauta. Referente ao item 5 – Projeto de Lei de Paisagem Urbana, informou que a minuta do Projeto de Lei foi elaborada pelos Departamentos de Gestão Urbana – SDU01, de Controle Urbano – SDU03 e de Relações de Abastecimento – SDU04, antes da atual formação do CMDU, e que o processo foi encaminhado para o Departamento de Assuntos Legislativos – DAL, que após manifestações, deverá ser devolvido para ajustes dos departamentos envolvidos e que assim que estiver finalizado, será encaminhado os membros do CMDU. *****

O Conselheiro Carlos Guerra – ENIAC, reiterou sobre a importância da criação de uma Comissão Permanente de Preservação da Paisagem, como ocorre em outros municípios, como na cidade de São Paulo. *****

O Conselheiro Gabriel Arruda disse que levará a questão para discussões superiores. *****

Seguindo ao item 6 da pauta, que se refere ao encaminhamento de ofícios, o Conselheiro Gabriel Arruda informou que o CMDU encaminhou ofícios elaborados pela Conselheira Marinéia Lazzari, à STMU - solicitando atualizações sobre a obra do Rodoanel; à SM – solicitando atualizações sobre a implantação do aterro CDR e sobre o andamento da APA Capelinha – Água Azul; e à Câmara – solicitando atualizações do processo de aprovação da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS, bem como sobre os pareceres das Comissões. No tocante à solicitação à STMU, o atendimento foi antecipado pela apresentação do Sr. Plínio Soares. Quanto às demais solicitações, o conselho permanece aguardando as respostas que serão encaminhadas ao CMDU assim que forem recebidas. *****

Passando ao item 7 o Conselheiro Gabriel informou que a LPUOS, que foi protocolada em 25 de outubro de 2019, permanece pendente de discussão e votação e, conforme ofícios expedidos, aguardam respostas. Ainda dentro desse item, o Conselheiro Gabriel - SDU informou a Secretaria de Habitação elaborou a minuta do Projeto de Lei de Habitação de Interesse Social – HIS e que se reuniu com o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Habitacional - SH1 Carlos Alexandre Ikeda e que convidará o Conselheiro Guilherme Davi dos Santos – SH, que participou desse processo, para uma apresentação, ou atualizações ao CMDU. Para finalizar esse item, o Conselheiro Gabriel Arruda - SDU passou a palavra para a Conselheira Marinéia - SASP. *****

A Conselheira Marinéia Lazzari – SASP trouxe o informe do Mapeamento de riscos da APA do Tietê, que foi elaborado e apresentado ao Conselho da APA e compartilhado por ela com os membros do CMDU. Disse que solicitará ao Conselho da APA que convide os membros do CMDU para participarem de uma reunião para aprofundamento do conhecimento deste relevante assunto para o município. *****

O Conselheiro Gabriel Arruda –SDU, em cumprimento das pautas, passou os itens 2 e 3, Aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária do CMDU, realizada em 31 de julho de 2020 e Aprovação do Regimento Interno – Destaque do artigo 15, alterado a pedido dos membros, na 2ª R.O. A ata e o Regimento Interno foram submetidos à aprovação, com orientação de que os membros se manifestassem através da barra de “chat”. Os conselheiros Solange Soares – SM, Marinéia Lazzari – SASP, Juliana Gaggioti – STMU, Gabriel Arruda – SDU, Alex Nepomuceno – SDU e Cléia Araújo – SAM/MNLM se manifestaram favoráveis à aprovação. Os demais conselheiros não se manifestaram, porém, a ata e o Regimento Interno foram aprovados por 06 (seis) representantes votantes nessa reunião. *****

Passando aos itens 10 e 11, o Conselheiro Gabriel informou que a Secretaria de Meio Ambiente será convidada, por meio de seus representantes, a apresentar atualizações referente à Implantação do Aterro CDR e dos Planos de Manejo, nas reuniões ordinárias de setembro e outubro. *****

Encerradas as pautas, retornou-se à formação da Câmara Técnica de Empreendimentos, e tendo em vista a necessidade de confirmar a participação dos conselheiros e dos integrantes que serão convidados, ficou estabelecido que serão encaminhados ofícios para convidar técnicos que não fazem parte do conselho e e-mails para membros, com a mesma finalidade. Entre os técnicos da



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU, nos termos dos artigos 120
a 141, da Lei Municipal nº 7.730, de 04 de junho de 2019 – Plano Diretor de Guarulhos; do Decreto
nº 36.108, de 1º de agosto de 2019; e do Decreto nº 36.273, de 24 de outubro de 2019
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 28/08/2020 – REUNIÃO REMOTA

prefeitura que não fazem parte do CMDU, foi sugerido convidar o Geólogo Edson Barros da SM, para integrar essa Câmara Técnica. Foi ressaltado ainda, sobre a necessidade de convidar um representante do Departamento de Infraestrutura (SO) para compor a Câmara Técnica. *****

Na reunião ficou estabelecido que serão encaminhados os seguintes ofícios: a) À SM – Solicitação de informações/atualizações referentes ao Rodoanel - Divisão Técnica de Licenciamento Ambiental; b) À SH - Solicitação de informações por meio de documentos ou de uma apresentação do Conselheiro Guilherme Davi dos Santos, referente à Habitação de Interesse Social – HIS; c) À SSP - Solicitação de Vistoria e Informações relativas à denúncia das ocorrências no Depósito de Material Excedente – DME – Três Marias. *****

Não havendo outros assuntos, a reunião foi encerrada às 11:15, Ficando a **próxima reunião ordinária** agendada para o **dia 25 de setembro**, às 9h, e o local será confirmado e informado oportunamente, e eu, Francini Renata Domingues, _____ Secretária Executiva deste CMDU, digitei a presente ata.